

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

SUJEITO-AVATAR EM ESPAÇOS ENUNCIATIVOS INFORMATIZADOS: ENTRE NORMATIZAÇÕES TÉCNICAS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA

Thomas Falconi, Lucas Alves Selhorst

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14050>

Submetido em: 2025-11-10

Postado em: 2026-04-16 (versão 5)

(AAAA-MM-DD)

Justificativa da versão: Revisões solicitadas pela revista da publicação final

Tipo de Trabalho: Ensaio Teórico

SUJEITO-AVATAR EM ESPAÇOS ENUNCIATIVOS INFORMATIZADOS: ENTRE NORMATIZAÇÕES TÉCNICAS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA

Sobre Autor(es)

Thomas Falconi

Doutorando em Ciências da Linguagem no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem na Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Santa Catarina, Brasil. thomas.falconi@live.com
Bolsista Capes/Prosuc. <https://orcid.org/0009-0007-7025-1066>

Lucas Alves Selhorst

Doutorando em Ciências da Linguagem no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem na Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Santa Catarina, Brasil. lucasselh@hotmail.com
Bolsista Capes/Prosuc. <https://orcid.org/0000-0001-6667-3281>

Resumo: Neste trabalho, realizamos uma análise comparativa dos navegadores Tor e Google Chrome. Tendo como base teórico-metodológica a Análise do Discurso materialista, e sobretudo a partir das noções de sujeito-avatar e espaços enunciativos informatizados, observamos que, no Tor, há um agenciamento que resulta em um sujeito-avatar provisório, fluido e fragmentado, relacionado a um processo de individualização técnica, mas temporária e fluida que se opõe à lógica extrativista do colonialismo de dados. Já no caso do Chrome, encontramos um processo de individualização que espelha e reduplica a lógica extrativista enquanto prática colonialista.

Palavras-chave: Sujeito-avatar. Espaços enunciativos informatizados. Tor. Google Chrome. Análise do Discurso Materialista.

SUBJECT-AVATAR IN COMPUTERIZED ENUNCIATIVE SPACES: BETWEEN TECHNICAL STANDARDIZATIONS AND PRACTICES OF RESISTANCE

Abstract: In this paper, we performed a comparative analysis of the Tor and Google Chrome browsers. Based on the theoretical and methodological framework of Materialist Discourse Analysis, and particularly through the notions of *subject-avatar*

and *computerized enunciative spaces*, we identified that, in Tor, there is an agency that results in a transitory, fluid, and fragmented *subject-avatar*, associated with a process of technical individualization that is temporary and opposes the extractivist logic of data colonialism. Concerning Chrome, however, we identified a process of individualization that mirrors and reproduces this extractivist logic as a colonialist practice.

Keywords: Subject-avatar. Computerized enunciative spaces. Tor. Google Chrome. Materialist Discourse Analysis.

Resumo para não especialistas: Este trabalho compara dois navegadores de internet diferentes: o Tor e o Google Chrome. A partir da nossa análise, destacamos que enquanto o Chrome é usado e coleta dados dos usuários para personalizar conteúdos e anúncios, o Tor diz garantir o anonimato e a privacidade de quem navega. A partir de estudos sobre linguagem e tecnologia, analisamos como cada navegador cria formas distintas de relação entre o sujeito e o espaço digital. No Tor, o usuário pode assumir uma identidade temporária e mudar constantemente, o que permite resistir à coleta de dados e à vigilância. Já no Chrome, o usuário é conduzido por uma lógica que transforma suas ações em dados, reforçando o controle e o uso comercial desses dados, acarretando em uma relação diferente entre sujeito e espaço. Com isso, destacamos o Tor como uma forma de resistência à lógica extrativista da rede.

Lay summary: This work compares two different web browsers: Tor and Google Chrome. Our analysis highlights that while Chrome is widely used and collects user data to personalize content and advertisements, Tor claims to guarantee users' anonymity and privacy. Drawing on studies of language and technology, we examine how each browser creates distinct ways of relating between the user and the digital environment. In Tor, the user can take on a temporary identity and change it constantly, which allows resistance to data collection and surveillance. In Chrome, however, the user is guided by a logic that turns their actions into data, reinforcing control and the commercial use of that information, thus shaping a different relationship between subject and space. In this sense, we emphasize Tor as a form of resistance to the extractivist logic of the network.

Considerações iniciais

Uma das grandes questões discutidas atualmente no âmbito das tecnologias digitais diz respeito à privacidade (e buscamos aqui não a tomar na sua transparência, mas questionar: o que é privacidade? O que é privacidade online?), pois com o avanço das redes sociais e de diversos serviços on-line, uma imensidade de dados pessoais passou a ser coletada e compartilhada, não nos parecendo haver alternativas fora dessa perspectiva.

Esse processo tem sido chamado, por exemplo, de *colonialismo de dados*. Couldry e Mejias (2018, p. 1, tradução nossa) definem esse tipo de colonialismo como aquele que “combina as práticas extrativas predatórias do colonialismo histórico com os métodos abstratos de quantificação da computação”. Essa nossa relação com esse funcionamento que estamos tomando a partir da nomeação *colonialismo de dados* pode ser pensada a partir da noção de ideologia, pois como explica Orlandi (2013, p. 47), na análise do discurso (AD), a ideologia não é pensada “como ocultação, mas função necessária entre linguagem e mundo”. Isto é, a partir dessa relação com a ideologia passamos a naturalizar determinados funcionamentos e até a vê-los como inescapáveis.

Nesta apresentação, mobilizaremos algumas noções do dispositivo da AD, entre elas as de EEIs, proposta por Gallo e Silveira (2017), e também de avatar (PEQUENO, 2016) e Sujeito-avatar, mais desenvolvida por Solange Gallo, no âmbito de nossos estudos e inicialmente apresentada por Silveira; Gallo e Pequeno, 2025).

Segundo os autores acima citados, a noção de sujeito-avatar refere-se a uma tese central de que:

assim como a materialidade da escrita, também a materialidade digital desloca a forma do pensamento, dos enunciados e dos sujeitos, no seio do que nós chamamos espaços enunciativos informatizados - EEI. Em outros termos, isso que denominamos ‘espaços enunciativos informatizados’ constitui um novo tipo de instituição que interpela os sujeitos de forma específica, em função de sua relação intrínseca com as mídias. Esses espaços produzem novos “lugares de enunciação” (Zoppi, 1999) a partir dos quais o sujeito toma posição como sujeito-avatar - por exemplo, o lugar de um youtuber, ou o de um tiktokker e, de maneira geral, o lugar de um avatar - com as formações imaginárias que lhe são inerentes (SILVEIRA; GALLO; PEQUENO, 2025, p. 7).

Para Pequeno (2016, p. 27), o avatar, como um elemento técnico, constitui-se de:

[...] um conjunto de clivagens subterrâneas, na materialidade digital, que são formuladas para descrever e explorar o sujeito, aquele que os filtros predizem e definem, aquele que (através dos filtros) se relaciona com as bases de dados e com a memória técnica. O avatar é um conjunto de várias pequenas práticas técnicas, cujo resultado é o produto técnico.

Ainda, citando Silveira, Gallo e Pequeno (2025), ressalta-se que

Essa forma material discursiva na qual se constitui o sujeito-avatar, nós denominamos forma-discurso de escritorialidade [...]. Ela é diferente da forma-discurso de escrita, na medida em que funciona através de outros processos que propusemos chamar de normatização e de mediação. A normatização opera no nível da formulação dos enunciados, produzindo esse novo interlocutor, o sujeito-avatar. Na mediação opera no nível da circulação e produz uma nova forma de arquivo e de memória. Essa forma discursiva tem, sobretudo, uma materialidade própria, digital (SILVEIRA; GALLO; PEQUENO, 2025, p. 7).

Nas análises dos autores, em geral mais centradas nos espaços enunciativos próprios das chamadas Big Techs, portanto privadas, elas têm demonstrado que

esses processos [de individualização] tendem a uniformizar os sentidos e apagar as contradições, em proveito de uma polêmica permanente [...] mostrando como nesses espaços, a materialidade técnica é determinante do efeito de polarização dos sentidos pela via do funcionamento do sujeito-avatar (SILVEIRA; GALLO; PEQUENO, 2025, p. 8).

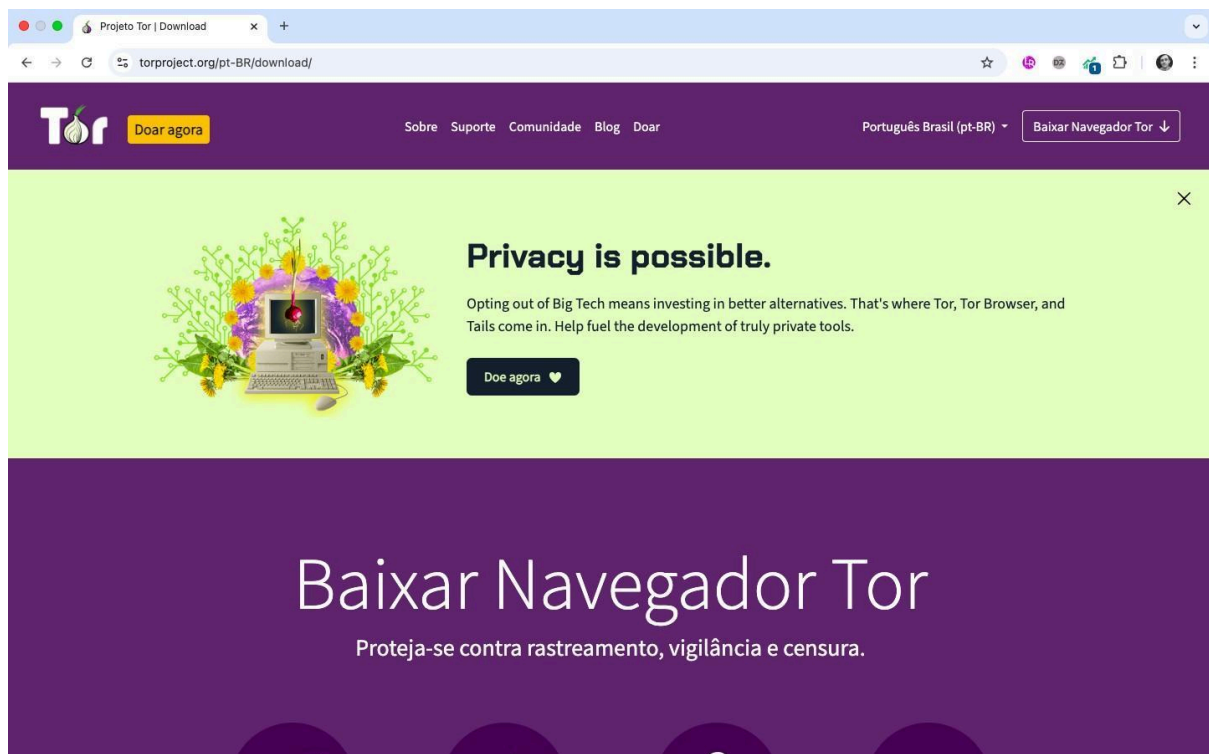
Ou seja, os espaços enunciativos informatizados (EIs) parecem funcionar como um tipo de mimetização de instâncias institucionais contemporâneas. É no interior desses espaços que está o sujeito-avatar. Essa noção não se reduz a um mero perfil de usuário, mas diz respeito à própria posição-sujeito constituída discursivamente a partir da materialidade digital. O sujeito-avatar existe, entre outras coisas, na esteira de registros técnicos (como o *login* ou o rastreamento de IP), mas com uma interface de transparência entre o indivíduo empírico e a 'memória metálica' (os bancos de dados) da plataforma, em grande medida operada por alguma *big tech*. O sujeito-avatar, portanto, é resultado de uma prática ao mesmo tempo técnica e política, e diz respeito aos processos de individualização operados por essas grandes empresas.

Por isso, neste trabalho, vamos olhar justamente para uma outra possibilidade no que diz respeito à questão da individualização e da privacidade. Assim, estabelecemos como *corpus* analítico uma seleção de telas de interface e enunciados institucionais extraídos dos navegadores Tor e Google Chrome. Nossa análise foca nos elementos visuais e textuais que circundam o tratamento de dados, o rastreamento de navegação e as promessas de segurança, por contraste, nos dois navegadores escolhidos. Buscaremos, nesse caminho, perceber como se constitui o sujeito-avatar nesses dois cenários ao opor, por um lado, a promessa de opacidade e resistência ao rastreamento do Tor e, por outro, a lógica da hiperpersonalização e da individualização mercadológica encontrada no Chrome.

1 Antes de tudo, precisamos responder à questão: O que é o Tor?

Vamos tentar responder a essa pergunta a partir da tela inicial do “Projeto Tor” (imagem 1).

Imagem 1 - Site de download do Tor

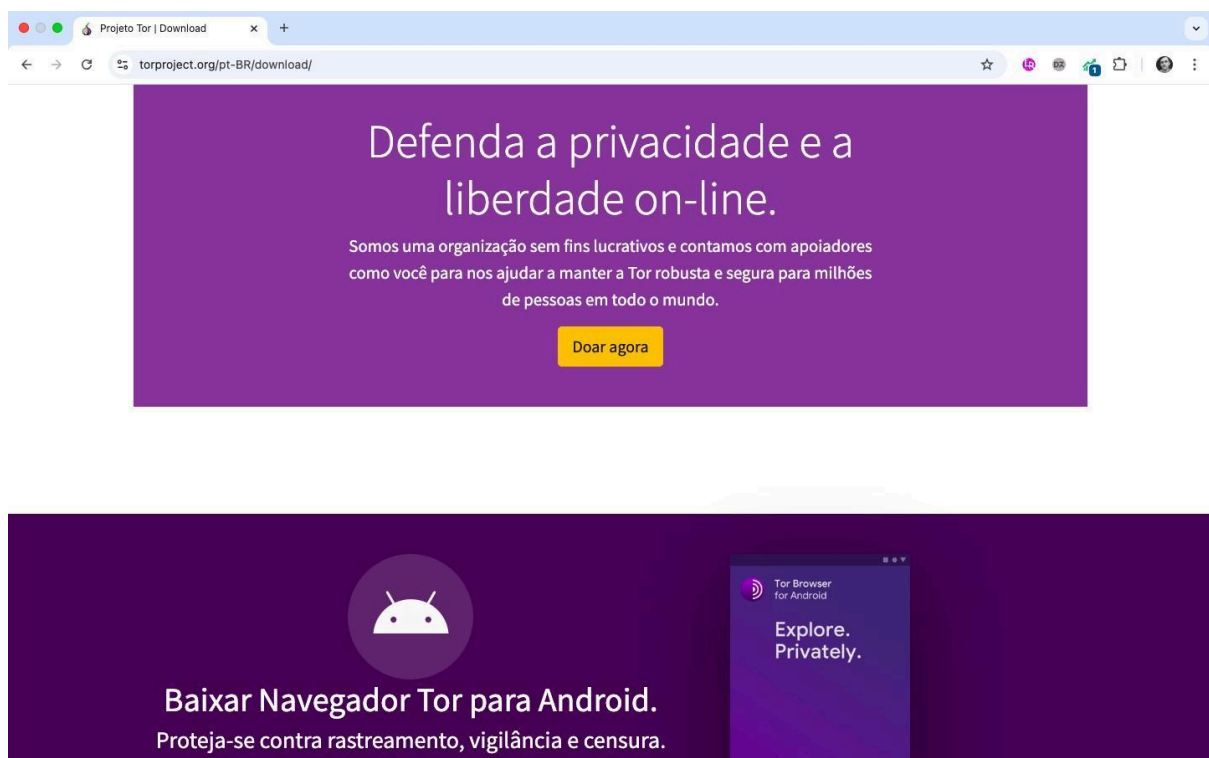


Fonte: Tor Project. Disponível em: <https://www.torproject.org/pt-BR/download/> . Acesso em: 02 jun 2025.

Texto ALT: Captura de tela da página de download do Projeto Tor, apresentando o título "Privacy is possible" em destaque sobre uma ilustração de folhagens e fundo verde.

Quando acessamos essa tela, a primeira mensagem que lemos é “Privacy is possible”. Ou seja, “privacidade é possível”. O que já carrega um pré-construído de que a privacidade na internet é tida como impossível. Logo abaixo, podemos ver que há uma menção à possibilidade de se optar por uma forma de navegação que passe por fora do controle das chamadas Big Techs. Assim, o Tor diz que possibilita a proteção contra rastreamento, a vigilância e a censura, se afirmando como uma organização sem fins lucrativos que conta com milhares de apoiadores ao redor do mundo (imagem 2).

Imagem 2 - Site de download do Tor



Fonte: Tor Project. Disponível em: <https://www.torproject.org/pt-BR/download/> . Acesso em: 02 jun 2025.

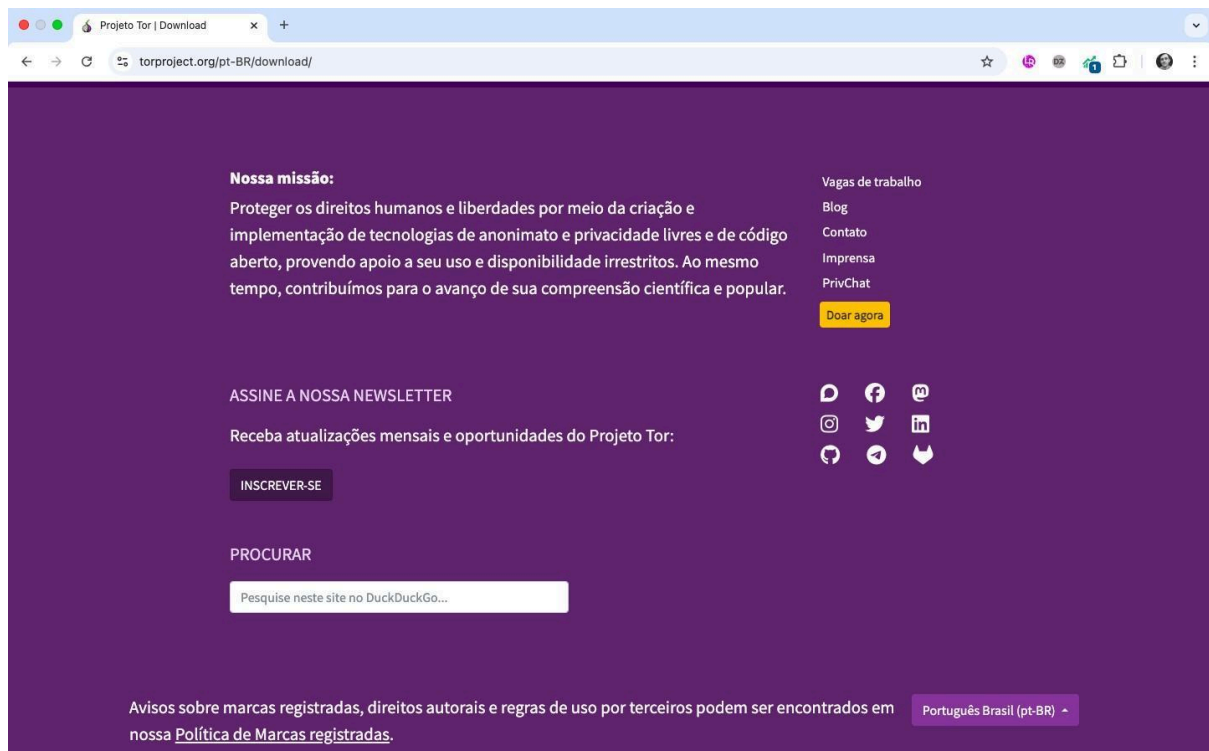
Texto ALT: Página do site do Projeto Tor com fundo roxo, exibindo o texto "Defenda a privacidade e a liberdade on-line" e um botão amarelo para doações.

A principal diferença entre o Tor e um navegador comum, como Chrome ou Firefox, está na promessa de privacidade e anonimato. Enquanto em um navegador comum o dispositivo de acesso do usuário, seja ele um computador, celular ou tablet, e seu endereço de rede ficam diretamente visíveis para os sites conectados, no Tor o que está em jogo é justamente o ofuscamento dessa visibilidade. Para isso, a arquitetura da rede criada pelo Tor insere camadas intermediárias de conexão

entre o dispositivo e o site de destino. Esses intermediários são tecnicamente chamados de "nós" (*nodes*), que são servidores descentralizados que recebem e retransmitem as informações em rede. Dessa forma, a página que recebe a conexão não consegue identificar a origem exata da solicitação, dificultando o rastreamento de quem navega, uma vez que sua localização e identidade técnica ficam ocultas por trás dessa cadeia de servidores intermediários.

Para além da estrutura do navegador em si, há a chamada "rede onion", que é uma alternativa aos domínios no estilo "www.[site].com". Os sites WWW são indexáveis por buscadores, ou seja, podem ser lidos por robôs de busca e exibidos em ferramentas como o Google Search. Já os sites da rede Onion possuem travas que não permitem essa indexação. São domínios menos assimiláveis, como "https://duckduckgogg42xjoc72x3sjasowoarfbgcmvfimaftt6twagswzczad.onion", que é o site de acesso do buscador Duck Duck Go na rede Onion. Todos os domínios terminam em ".onion" ao invés de ".com" e similares nessa rede, e só podem ser acessados por navegadores estilo Tor (imagem 3).

Imagem 3 - Site de download do Tor



Fonte: Tor Project. Disponível em: <https://www.torproject.org/pt-BR/download/> . Acesso em: 02 jun 2025.

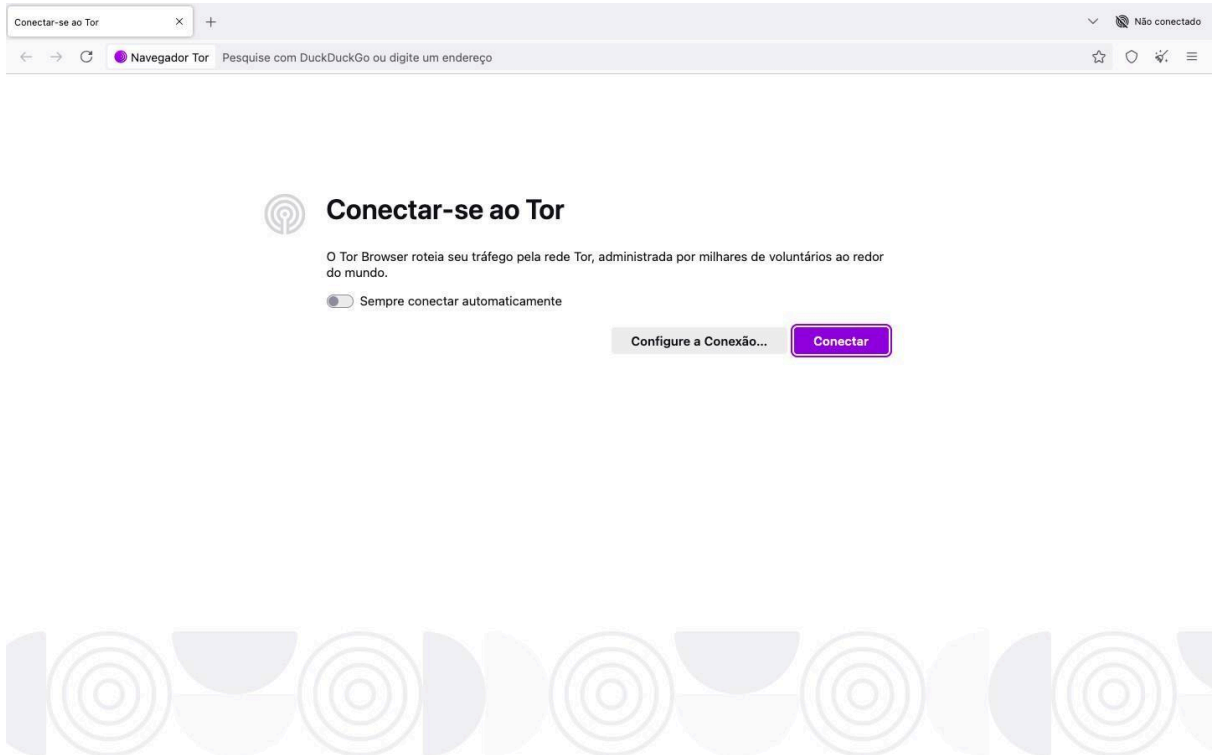
Texto ALT: Rodapé do site do Projeto Tor detalhando a missão da organização, links para redes sociais e campo para assinatura de newsletter.

Após baixar e instalar o Tor no computador, ao abrir o navegador, percebemos que ainda não estamos conectados ao Tor (imagem 4). Isto é, precisamos dar um comando para que a conexão aconteça e podemos configurar para que ele conecte automaticamente nas próximas vezes. O navegador nos avisa: “O Tor Browser roteia seu tráfego pela rede Tor, administrada por milhares de voluntários ao redor do mundo” (imagem 5). Após realizarmos essa conexão, o navegador abre uma caixa de busca na qual consta a mensagem “Pesquisar com DuckDuckGo” e a opção “onionize”. O DuckDuckGo é um buscador que diz não coletar dados do usuário. A opção “onionize”, resultados da rede quando ativada, faz que apareçam Onion. Se não ativada, os resultados da busca virão da rede comum. Portanto, esse buscador também pode ser usado em navegadores comuns.

No Tor, a promessa de anonimato não opera como uma simples ocultação de identidade no nível técnico. A arquitetura de camadas da rede atua materialmente para desestabilizar a fixação de um 'perfil' rastreável. Assim, a forma de enunciação é modificada: o sujeito-avatar não se consolida por meio de um histórico cumulativo de dados, mas constitui-se de maneira provisória, fluida e efêmera a cada nova sessão de navegação. Essa fragmentação não indica a inexistência de um sujeito, mas a emergência de uma posição-sujeito resistente aos mecanismos de individualização próprios das *big techs*.

Nessa tela inicial que registramos, também conseguimos ler a seguinte mensagem: “Você está pronto para a maior experiência de navegação privada do mundo”. Além disso, há imagens de cebolas cortadas com suas camadas expostas.

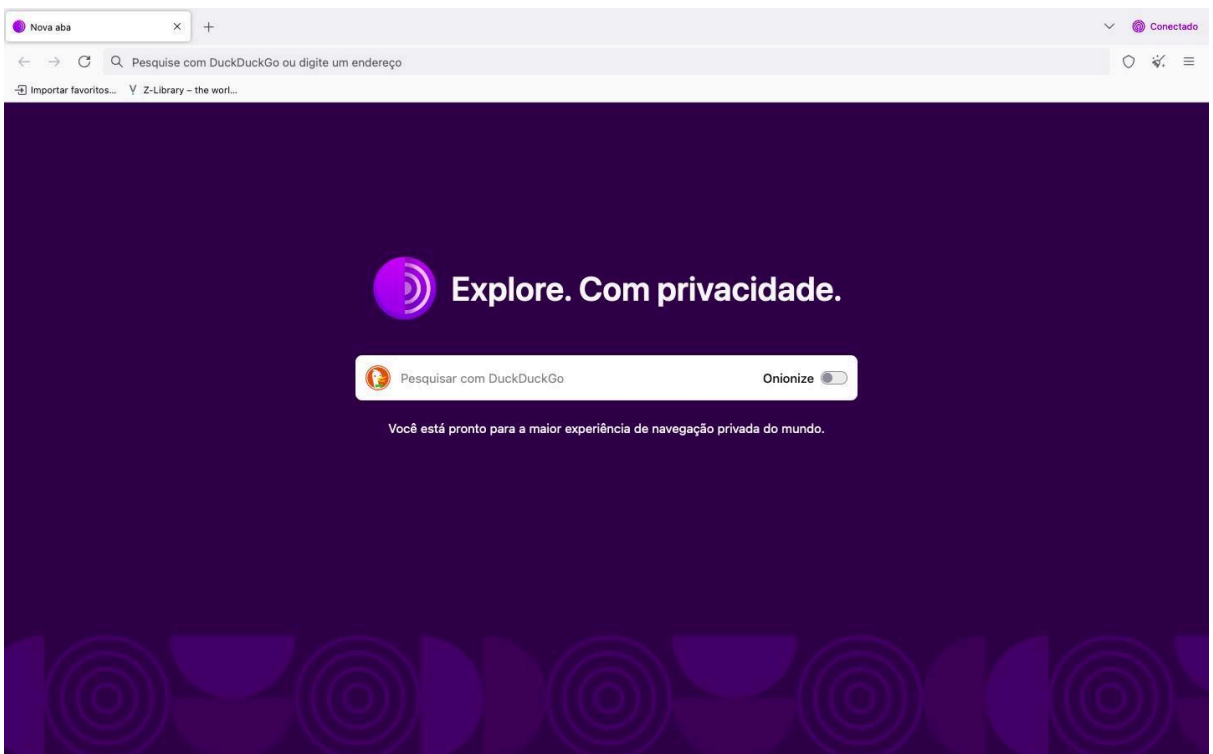
Imagem 4 - Tela inicial do Tor



Fonte: Tor Project. Disponível em: <https://www.torproject.org/pt-BR/download/> . Acesso em: 02 jun 2025.

Texto ALT: Interface de abertura do navegador Tor com a mensagem "Conectar-se ao Tor" e um botão roxo para iniciar a conexão com a rede de voluntários.

Imagem 5 - Tela do Tor após a conexão com a rede Onion.



Fonte: Tor Project. Disponível em: <https://www.torproject.org/pt-BR/download/> . Acesso em: 02 jun 2025.

Texto ALT: Tela principal do navegador Tor após a conexão, exibindo a barra de pesquisa do DuckDuckGo com a opção "Onionize" disponível.

Se pensarmos, conforme Guimarães (2005), que o espaço de enunciação agencia o falante, já podemos depreender que ao acessar um navegador para acesso à internet temos a possibilidade de dizer (ou de buscar e de encontrar) determinadas coisas e não outras, a partir da relação entre o lugar de enunciação que ocupamos e o espaço enunciativo informatizado do qual lançamos mão.

Antes de prosseguir, gostaríamos de definir melhor a noção de lugar de enunciação, e aqui a tomamos a partir de Zoppi-Fontana (1999, p. 16), que diz que a problemática que envolve essa noção poderia ser resumida como “uma reflexão sobre **a divisão social do direito de enunciar e a eficácia** dessa divisão e da linguagem em termos da produção de efeitos de legitimidade, verdade, credibilidade, autoria, circulação, identificação, na sociedade”. A autora também afirma que a noção de lugar de enunciação pode ser explicada a partir do movimento de interpelação/identificação do sujeito do discurso que, como explica a partir de Orlandi, se dá pelo estabelecimento de que o estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento das formas de individualização do sujeito com relação ao Estado. Portanto, para Zoppi-Fontana (1999), os lugares de enunciação devem ser considerados uma das dimensões das posições de sujeito.

Voltando ao nosso material de análise, podemos dizer que a etapa pela qual passamos ao acessar um navegador, por vezes, nos fica naturalizada. No entanto, quando acessamos um navegador como o Tor, notamos, como mostramos nos registros anteriores, que há uma mudança sobretudo no que se refere à questão da privacidade, o que já nos sugere outro modo de agenciamento, que podemos marcar a partir da seguinte questão: ao não sermos rastreados, utilizando um navegador que diz garantir nossa total privacidade, enunciamos da mesma forma? Dizemos, buscamos e encontramos as mesmas coisas que em um navegador comum?

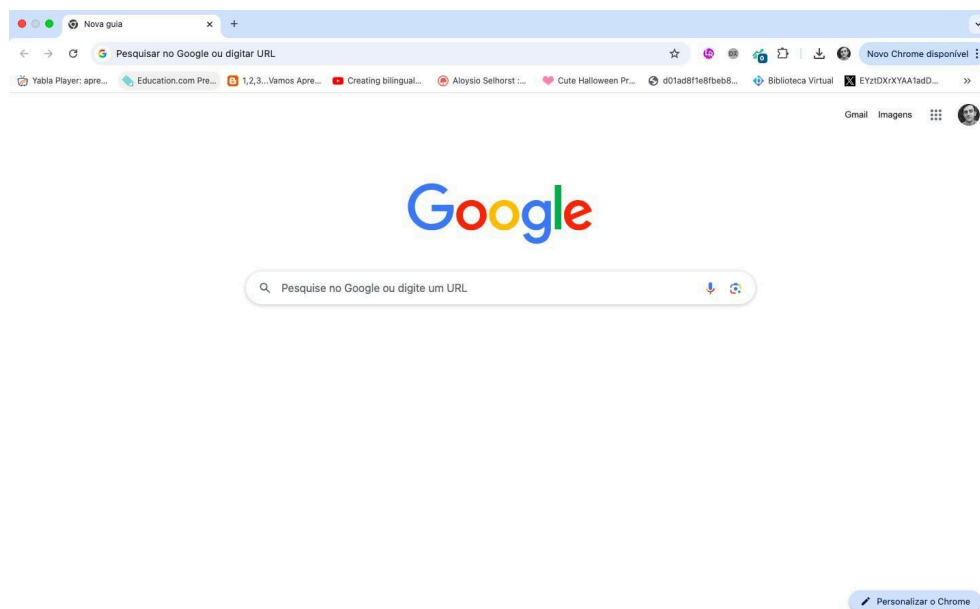
Ao interpor múltiplos intermediários descentralizados entre o dispositivo de conexão e o site de destino, o espaço do navegador rompe com a ilusão de transparência e com a interpelação direta do usuário como mero produtor de dados. Há a recusa estrutural em fornecer os traços materiais, como endereços IP fixos e *cookies* persistentes, que fixariam o usuário em uma identidade digital estável e

monetizável. Produz-se, com isso, um espaço enunciativo onde o anonimato funciona não como apagamento, mas como prática de resistência.

No entanto, não só o Tor, mas qualquer navegador pode ser pensado como um espaço enunciativo informatizado, enquanto opera sobre regimes técnicos/políticos específicos que determinam, ou, nas palavras de Guimarães (2005) agenciam os falantes.

Nesse sentido, pode ser importante, inclusive, para mostrarmos os deslocamentos que mencionamos em nossa pergunta, dar um passo atrás e olhar para um navegador como o Google Chrome (imagem 6 e imagem 7):

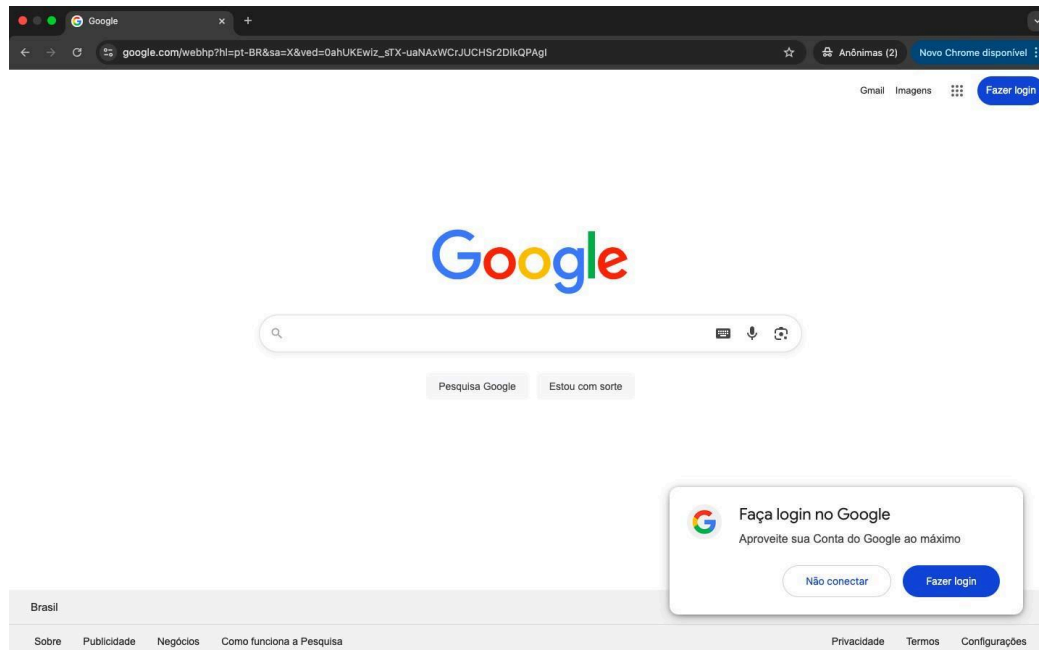
Imagem 6 - Tela inicial do Google Chrome



Fonte: Google Chrome. Disponível em: <https://www.google.com/intl/pt-BR/chrome/> . Acesso em: 02 jun 2025.

Texto ALT: Interface padrão da tela inicial do Google Chrome, mostrando o logotipo colorido do Google centralizado acima da barra de pesquisa e URLs.

Imagem 7 - Tela inicial do Google Chrome em modo anônimo



Fonte: Google Chrome. Disponível em: <https://www.google.com/intl/pt-BR/chrome/>. Acesso em: 02 jun 2025.

Texto ALT: Janela do Google Chrome em modo de navegação anônima, exibindo um balão de notificação no canto inferior que convida o usuário a fazer login na conta Google.

Ao olhar para o navegador do Google, já podemos, antes de mais nada, perceber a relação com o Avatar. No canto superior da direita, nosso rosto fica exposto, espelhando aquele que “navega”. Mesmo ao abrir o mesmo navegador em uma guia anônima, somos solicitados a fazer login em diferentes lugares da página, na parte superior direita, lugar onde o navegador passará a estampar nosso rosto e também na parte inferior, com a mensagem “aproveite sua conta do Google ao máximo”.

Ao convocar o usuário a sincronizar seus dados ou a aceitar termos de uso e de personalização da conta, o ambiente técnico produz um efeito de sentido de autonomia: o usuário é posicionado como agente de sua própria navegação. No entanto, atrás dessa aparente liberdade de escolha, está o processo de extração de dados pela plataforma.

Assim, podemos perceber melhor desde essa tela inicial uma diferença de um navegador como o Google Chrome para um navegador como o Tor que nos avisa na tela inicial que estamos iniciando o que seria “a maior experiência de navegação privada do mundo”. Deste modo, pensando que se nos espaços de enunciação, tal qual explicado por Guimarães (2005), há uma divisão imposta pelas línguas, nos espaços enunciativos informatizados, a própria materialidade técnica

(PEQUENO, 2019) impõe divisões. A interface, portanto, torna possível a existência do sujeito-avatar, transformando o consentimento técnico em uma prática de sujeição discursiva.

A analogia às análises de Guimarães (2005) nos oferece possibilidades de pensar nessas divisões. Por exemplo, ele afirma que com relação à língua há uma série de instrumentalizações, como da Escola, da gramática, do dicionário e, inclusive da mídia, que trabalham na distribuição desigual da língua. A análise das divisões nesses espaços enunciativos informatizados evidencia como a arquitetura de cada navegador lida com a privacidade de maneiras estruturalmente diferentes. Quer dizer, enquanto o sujeito-avatar é facilmente localizável no Google Chrome, a partir de um funcionamento que opera pela individualização, isto é, pela delimitação de um perfil individual, no Tor, há uma reconfiguração pela qual o sujeito-avatar não desaparece, mas também não se fecha na forma de um perfil.

Podemos perceber que, no Tor, há uma tentativa de driblar a individualização, isto é, há um “tamponamento” do perfil. No entanto, percebemos que esse processo não acontece sem contradição, já que esse tamponamento falha quando lemos, por exemplo, o enunciado “você está pronto para a maior experiência de navegação privada do mundo”. Ou seja, esse “você” já indica a individualização que é própria de uma lógica imanente à privacidade.

Portanto, mesmo que os dois navegadores funcionem de modos diferentes, ambos têm como base uma noção de privacidade (mesmo que não seja exatamente a mesma, produzindo sentidos diferentes) que está ligada à individualidade e, conseqüentemente, ambos individualizam este sujeito: um na forma de um sujeito-avatar que busca espelhar o sujeito e outro que tenta criar um efeito de dispersão, para resultar em um anonimato.

2 Considerações finais

A análise comparativa entre o Tor e o Google Chrome nos permitiu compreender como uma rede de enunciados que opõe liberdade e privacidade reforça a discursivização da privacidade, agenciando, no caso do Tor, um sujeito-avatar provisório, fluido e fragmentado. Neste caso, temos um processo de individualização técnica, mas temporária e fluida, por isso se opõe à lógica

extrativista do colonialismo de dados. E, no caso do Chrome, um processo de individualização que espelha e reduplica a lógica extrativista, que transforma o sujeito em dados, enquanto prática colonialista.

Argumentamos que ambos os navegadores podem ser pensados como EEIs, na medida em que operam sobre regimes técnicos e políticos específicos e que agenciam os falantes diferentemente, conforme Guimarães. Aqui, a noção de lugar de enunciação torna-se fundamental, pois a problemática da divisão social do direito de enunciar e a eficácia da linguagem na produção de efeitos de legitimidade e autoria são reconfiguradas de maneiras distintas em cada ambiente.

Os próximos passos de nossa pesquisa incluem o aprofundamento das análises, expandindo o olhar comparativo para outras plataformas, tanto “privadas” quanto “livres”, investigando as práticas de resistência (im)possíveis diante das práticas extrativistas colonialistas e aprofundando a discussão sobre a produção de arquivo e a compreensão da noção de sujeito-avatar em espaços enunciativos diversos. Acreditamos que essa abordagem permitirá avançar na compreensão dos processos de individualização contemporâneos e, sobretudo, olhar para o atravessamento da materialidade técnica em seus diferentes modos de assujeitamento.

Esperamos, ainda, a partir desse gesto inicial de análise, ter deixado claro que, mais do que dois navegadores diferentes, estamos tratando de duas formas diferentes de existir no digital e, especialmente, no caso do Tor, de **resistir** no digital.

Informações complementares: Esse texto é fruto de um trabalho realizado na disciplina de tópicos especiais ministrada pelas professoras Solange Gallo e Juliana da Silveira. Nesse contexto, nos dedicamos a analisar as práticas contraditórias e de resistência, comparando, por exemplo, plataformas privadas (redes sociais de domínios das big techs) e livres (redes sociais do chamado Fediverso - que é uma alternativa descentralizada e administrada pelos próprios usuários, com código aberto e regras próprias de moderação). Por questão de espaço, recortamos para essa apresentação um pequeno gesto de análise apenas sobre o navegador Tor em comparação com o Google Chrome.

3 Conflito de Interesses

Os autores não têm conflitos de interesse a declarar.

4 Link para Preprint

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14050>.

5 Declaração de Disponibilidade de Dados

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

6 Declaração de Uso de IA

Os autores declaram que não foram utilizadas ferramentas de IA na criação deste manuscrito ou em qualquer parte do trabalho relatado.

7 Pré-Registro de Pesquisa

Esta pesquisa não foi pré-registrada em um repositório institucional independente.

8 Financiamento

Thomas Falconi: bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (Prosuc). Processo sem numeração individual aplicável.

Lucas Alves Selhorst: bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (Prosuc). Processo sem numeração individual aplicável.

9 CRediT

Thomas Falconi: Conceitualização, Análise Formal, Escrita – esboço original, Escrita – revisão e edição.

Lucas Alves Selhorst: Conceitualização, Análise Formal, Escrita – esboço original, Escrita – revisão e edição.

Referências

COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject. **Television & New Media**, v. 20, p. 336-349, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/1527476418796632>.

GALLO, S. M. L.; SILVEIRA, J. Forma-discurso de escritorialidade: processos de normatização e legitimação. *In*: GALLO, S. M. L.; SILVEIRA, J. (org.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes, 2017. v. 3, p. 171-194.

SILVEIRA, J. da; GALLO, S. M. L.; PEQUENO, V. A análise do discurso materialista face à materialidade digital. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 25, p. 1-14, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-25-23>.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.

PEQUENO, V. A demanda pelo avatar e a forma-discurso do digital: construções iniciais e notas para um futuro trabalho. *In*: FLORES, G. *et al.* (org.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes, 2016. v. 2, p. 25-42.

PEQUENO, V. **Tecnologia e esquecimento**: uma crítica a representações universais de linguagem. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2019.1093763>.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Lugares de enunciação e discurso. **Leitura – Análise do Discurso**, n. 23, p. 15–24, 1999.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.